

ROCESSO - A.I. Nº 232902.0065/01-7
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDA - ANTÔNIA DE LOURDES S. TEIXEIRA
RECURSO - REPRESENTAÇÃO DA PROFAZ
ORIGEM - IFMT - DAT/METRO
INTERNET - 03.06.03

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0282-11/03

EMENTA: ICMS. IMPROCEDÊNCIA DO PROCEDIMENTO FISCAL POR ILEGALIDADE FLAGRANTE NA AUTUAÇÃO. Representação proposta de acordo com o art. 114, do RPAF/99. Trata-se de operação de circulação de mercadorias com Passe Fiscal em que o contribuinte ou transportador fica obrigado a comprovar que não houve entrega ou comercialização no território baiano. Documentos acostados confirmam a regularidade da operação. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A PROFAZ representa ao Egrégio CONSEF, com base no artigo 114, do RPAF/99, pelos motivos:

1. Trata-se o presente procedimento fiscal de Auto de Infração lavrado em virtude de passe fiscal em aberto, referente às Notas Fiscais nºs 8971 e 8972.
2. O autuado apresentou requerimento administrativo, onde acostou as referidas notas fiscais com a confirmação de recebimento no destino final, fora do Estado da Bahia, além das cópias das folhas do Livro Registro de Entradas do estabelecimento destinatário das mercadorias, onde efetivamente consta o lançamento das Notas Fiscais nºs 8791 e 8792, objetos da presente autuação.

Aduz que merece guarida a pretensão do autuado, uma vez que trouxe ao processo os documentos exigidos pelo § 2º, do artigo 960, do RICMS/97, a fim de que seja elidido o presente Auto de Infração.

Assim, face aos documentos acostados através do supracitado requerimento apresentado pela empresa, entende presente a hipótese compreendida no art. 114 do RPAF/Ba, *ilegalidade inequívoca, flagrante, no qual não se faz necessário perquirir sobre provas*.

Diante do exposto sugere a Douta PROFAZ que se proceda ao julgamento da ação fiscal pela Improcedência do Auto de Infração em lide.

Na oportunidade, este Conselheiro relator deu maiores esclarecimentos sobre a proposta sugerida pela PROFAZ.

VOTO

Face à análise e exame dos elementos constantes nos autos e principalmente da Representação proposta, concluo pelo acerto dos fundamentos contidos na Representação apresentada pela Douta PROFAZ.

Diante do exposto, voto pelo ACOLHIMENTO da Representação.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade **ACOLHER** a Representação proposta.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de maio de 2003.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

NELSON TEIXEIRA BRANDÃO - RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR. DA PROFAZ